

Proposto o total poder à Constituinte

Fotos: Josemar Gonçalves

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou ontem, na quarta sessão da Constituinte, projeto de resolução que concede à Mesa da Casa o poder de reformar a atual Constituição. Isto significa, na prática, que a Constituinte teria atribuições absolutas, podendo inclusive revogar a Carta em vigor.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiu que vai colocar em votação a proposta de Maurílio Ferreira Lima, após a aprovação das normas regimentais. Ulysses não especificou se a proposição seria examinada depois da apreciação das normas provisórias, marcada para hoje, ou somente quando for concluído o regimento interno, no dia 24 deste mês.

Segundo o projeto de resolução, caberia à Mesa da Constituinte, pelo voto unânime dos seus membros ou a um terço do plenário, alterar ou suprimir qualquer artigo ou capítulo da Constituição em vigor. A tramitação e votação das propostas de revisão constitucionais seriam reguladas pelo regimento interno da Casa.

Inconstitucional
A repercussão à proposta do deputado pernambucano foi imediata e provocou divergências entre as bancadas partidárias. O senador Fábio Lucena (PMDB-AM) entende que a Constituinte seria investida de poderes extra-constitucionais, inconstitucionais e injurídicos se alterasse a Constituição em vigor.

Já o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), disse que alguns constituintes estão querendo que a Assembleia detenha os poderes do Executivo, inclusive. "Na verdade, querem nomear gente, tomar conta de cargos, administrar as Caixas Econômicas e o Banco do Brasil", advertiu.

— Está se pretendendo fazer, isto já foi dito da tribuna, uma autêntica revolução dentro da Constituinte. O que não se tem ponderado — assinalou — é que esta revolução pode levar à própria dissolução ou ao próprio confronto desta Constituinte com a Constituinte vigente — alertou mais uma vez Gastone Righi completando que "é muito arriscada uma aventura de uma revolução, porque pode acontecer dela se voltar contra nós próprios e vermos o país afundado no caos ou a uma posição ditatorial como a que vivemos nos últimos vinte anos".

Silêncio

As lideranças dos partidos majoritários na Constituinte preferiram não comentar a proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima. O líder do PDS, Amaral Neto, ocupou a tribuna, após Maurílio apresentar sua proposição, mas não fez qualquer referência ao assunto. Apenas lembrou a Ulysses Guimarães que ele deve convocar imediatamente uma sessão do Congresso Nacional para votar sobre o restabelecimento das prerrogativas dos constituintes. Os líderes do PMDB e do PFL não estiveram ontem em plenário, mas os seus vice-líderes não se manifestaram sobre o projeto de resolução que prevê a revisão da atual Constituição pela Constituinte.

Apenas os líderes do PDT, Brandão Monteiro, e do PT, Luis Inácio Lula da Silva, defenderam a reforma de artigos ou capítulos da Constituição em vigor pela Assembleia.

Norma provisória deve ser votada ainda hoje

A Assembleia Constituinte deverá votar hoje, a partir das 14 horas, o conjunto de normas provisórias que vai regulamentar o seu funcionamento até a elaboração do texto do seu regimento interno, que deverá ser concluído até o dia 24. O exame da matéria deveria ser feito ontem, mas foi adiado devido ao grande número de emendas apresentadas à proposição original.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tem procurado apressar a votação das normas provisórias para que os trabalhos constitucionais tenham um mínimo de ordenação. Ulysses pretendia, inclusive, que a proposta fosse aprovada na sessão de terça-feira passada, mas vem encontrando dificuldades para agilizar a votação da matéria.

O início da tramitação do projeto de regimento comum está dependendo da implantação das normas provisórias. É possível, com a demora na votação das normas preliminares, que a conclusão do regimento comum também sofra um atraso e ultrapasse o prazo inicialmente estabelecido.

Ulysses Guimarães reservou a sessão de ontem para que os constituintes apresentassem emendas à proposta de normas provisórias; enquanto isso, as lideranças se revezavam na tribuna a fim de ocupar o tempo destinado à discussão da matéria. O que se verificou, no entanto, foram pronunciamentos sobre as posições de cada bancada partidária na Constituinte.

O destaque da sessão ficou para a proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que visa alterar artigos e capítulos da atual Constituição. A proposição do deputado dividiu o plenário entre os que defendem poderes absolutos para a Constituinte e os que acham que a Assembleia deve se limitar a elaborar a nova Carta.

As se abrir a sessão, havia apenas 420 constituintes presentes à Casa, mas em plenário este número não chegava a 100. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) pediu a palavra para reclamar da dificuldade que estava encontrando para viajar ao seu estado de origem. Ela pediu que os constituintes tivessem prioridade, pelo menos na vinda dos estados para Brasília. "Estou pessoalmente impedida de ir a Pernambuco até depois do Carnaval, quando se sabe que há uma espécie de tráfico de influência nisso, que as companhias de turismo estão coordenando. Estou cobrando ágio, que está em moda hoje", queixou-se Cristina.



Maurílio (à direita) propôs ontem que a Mesa da Casa possa reformar a atual Carta

Proposta preocupa Planalto

O presidente da República está preocupado com a possibilidade da Assembleia Nacional Constituinte começar a legislar constitucionalmente antes da nova carta ser elaborada. Essa preocupação atinge todo o governo, mas Sarney não pretende influenciar no processo porque tem conhecimento de que qualquer proposta sua dentro da Assembleia seria bombardeada.

Sarney está convencido de que há uma armadilha preparada para ele entre os constituintes, desde que foi levantada a tese da Assembleia funcionar exclusivamente para elaborar a Constituição e não matéria ordinária. Além disso, Sarney se preocupa com a negociação da Constituinte e aprovação do regimento.

Essa preocupação foi manifestada em carta aberta feita pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, ao jornalista Carlos Castello Branco. Diz o consultor que até ser terminada a nova Carta, os constituintes não podem "alterar as

regras institucionais vigentes", afirmando ainda que "a obediência à ordem constitucional em vigor é pressuposto da legitimidade jurídica e política de cada um desses atos".

Esse não é, entretanto, o entendimento do ex-deputado João Gilberto, um dos mais profundos especialistas jurídicos que passou pela Câmara.

Diz ele que a Assembleia é soberana inclusive para derrubar a atual Constituição em vigor (de 1967) e adotar, em seu lugar, a Constituição de 46. Que pode, também, alterar alguns trechos da Constituição de 67, anulando os capítulos considerados arbitrários.

De acordo com João Gilberto, "esse é o momento de transição real, porque estamos em pleno processo de mudança. A ordem legal hoje é a Constituinte e algumas pessoas têm dificuldade em assimilar essa verdade. Os constituintes, se quiserem, confirmam ou não a atual Constituição. Estão investidos para isso".

Cardoso quer apressar a votação

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, relator das normas provisórias de funcionamento da Constituinte, considerou ontem necessário que a Assembleia inicie, o quanto antes, o trabalho de elaboração da nova Carta, devido ao agravamento da situação econômica e financeira do país.

Comentando o grande número de emendas apresentadas ao anteprojeto das normas provisórias (72), o senador paulista observou: "É natural que as pessoas procurem demonstrar que estão atentas ao que ocorre na Constituinte, mas não se deve levar uma semana nisso (na discussão das normas), porque os juros estão aumentando muito lá fora e os salários proporcionalmente caindo".

Fernando Henrique salientou que, como relator, acolherá todas as emendas capazes de ampliar a participação dos constituintes no processo de decisão dessa Assembleia. O senador afastou a possibilidade, admitida por alguns parlamentares, de o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, baixar as normas provisórias, caso persista a demora na decisão do plenário. A esse respeito, Fernando Henrique procurou mostrar-se convencido de que hoje mesmo as normas serão aprovadas.

Arinos não concorda com emendas à Carta

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o mais conhecido constitucionalista brasileiro, afirmou ontem que considera "estranho a atual Constituinte emendar a atual Constituição". Explicou que, no seu modo de ver, a Constituinte foi convocada para fazer uma nova Constituição, mas não recebeu o encargo de emendar a atual.

"Não é razoável — disse — que a Constituinte, tendo saído do ventre da mãe, que é a atual Constituição, passe a considerá-la agora uma prostituta".

Os parlamentares estão divididos em dois blocos de opinião em relação aos poderes da Constituinte. O primeiro — articulado, principalmente pelos partidos de esquerda, com o apoio de uma parcela do PMDB — defende que a Assembleia

tem poderes para alterar a atual Carta, mesmo antes da redação da futura Constituição. O outro — apoiado pela liderança do PMDB — propõe que sejam discutidas somente as questões extraordinárias, considerando que, juridicamente, qualquer alteração na Constituição em vigor seria impraticável.

Segundo o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), a Assembleia só poderia legislar em "casos especiais", acreditando que, neste caso, poderia ser convocada uma sessão extraordinária do Congresso Nacional. Já o líder do PCB, Roberto Freire (PE), diz que essa discussão é para se saber se a Constituinte é exclusiva ou não.

Bancadas estão sem nenhuma orientação

Os três primeiros dias de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte foram marcados pela falta de comando dos líderes partidários, que não têm conseguido controlar suas bancadas. Sobretudo o PMDB, que tem o maior número de parlamentares, não está conseguindo uma ação uniforme nos debates preliminares da Assembleia. Essa é uma situação que o Governo não pretende deixar agravar-se, mas a verdade é que a renovação de quase 70% entre os parlamentares na última eleição, tornaram as bancadas ingovernáveis, ingovernáveis.

— Daqui há pouco vai ter deputado saindo por aí com uma plaquinha escrita "procura-se um líder" — afirma o deputado Aécio Cunha (PMDB-MG) que, apesar da experiência de ter trabalhado com o avô, Tancredo Neves, resente-se de uma orientação na Constituinte. "Está todo mundo batendo cabeça, por isso é que aparecem tantas propostas diferentes" — diz Aécio.

O deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB na Câmara, foi desautorizado em plenário na sessão

PL consultará o STF

O Partido Liberal encaminhou ontem ao Supremo Tribunal uma consulta no sentido de obter interpretação da Constituição em vigor, inclusive dos dispositivos convocatórios da Constituinte, para que se defina se estão em vigor os processos atuais, até a promulgação da nova Constituição. A consulta foi decidida em reunião da bancada e anunciada em nota oficial.

O PL também apresentou projeto de resolução ao regimento comum, determinando o imediato exame, pelo Congresso, dos decretos-leis, e prega a suspensão imediata de apreciação de qualquer outra matéria até julgamento de tais atos, em prazo rápido.

Por último, o partido dirigiu-se ao presidente da República solicitando que ele determine ao procurador-geral da República que encaminhe à apreciação judicial — com parecer favorável ou contrário — qualquer arguição de inconstitucionalidade de atos do Executivo.

Em longa nota distribuída ontem, o PL faz uma série de considerações a respeito do momento atual, questionando que se queira comparar a extensão de poderes da Constituinte agora instalada, com as de 1891, 1934 e 1946, porque estas se deram com a ruptura da ordem jurídica, enquanto foi a atual Constituição que convocou a Assembleia que ora se reúne. Lembra que existem dúvidas sobre os poderes da nova Constituinte que precisam de esclarecimento imediato.

de terça-feira pelo deputado paulista Del Bosco Amaral (PMDB). "Você não tem autoridade para falar pela bancada pois nós vamos eleger um novo líder no dia 10, disse Amaral no microfone. Entre os senadores a situação também é confusa: Fernando Henrique Cardoso foi indicado pela bancada do PMDB para líder no Senado, ficando seu colega Mário Covas como líder na Constituinte. Ocorre que em todas as sessões da Constituinte é Fernando Henrique e não Covas que tem funcionado como líder.

A primeira consequência da falta de liderança foi a decisão do plenário da Constituinte em não aprovar uma proposta de regimento interno formulada pelos líderes dos partidos. "Essa proposta é autoritária e São Paulo não vai aceitá-la", protestou Del Bosco Amaral. No mesmo caminho seguiu o deputado João Cunha (PMDB-SP) que apresentou um substitutivo ao projeto de regimento dos líderes. Apesar de concordar em muitos aspectos com a proposta original, João Cunha não quer que exista a figura de líder na Constituinte. Ele argumenta que em 1946, a Constituinte funcionou sem líderes.

Lula estréia na Tribuna criticando os "lobbistas"

O líder do PT na Câmara, Luis Inácio Lula da Silva, estreou ontem na tribuna da Constituinte, criticando os "lobbies" que estão sendo montados principalmente pelos empresários e os militares para influir nos trabalhos constitucionais. Lula também exigiu que a elaboração da nova Constituição fosse feita sem as leis repressivas que vigoram atualmente.

— Tomamos conhecimento dos recados dos "lobbies". São os empresários montando os lobbies, são os militares preparando os lobbies e daqui a pouco serão as multinacionais com os seus "lobbies" instalados no Congresso Nacional", advertiu o líder da bancada petista.

Lula disse também que quer dividir a Constituinte entre um grupo de cidadãos que têm bom senso e querem resolver os problemas definitivos do país, e aqueles que representam apenas interesses inescrupulosos que teimam em matar o povo pagando um salário de Cz\$ 1.500.

— Ao ler um documento que denominou de "Fala do PT aos Constituintes e à Nação", o deputado paulista assinalou, que os petistas exigem que a Constituição não fuja às suas responsabilidades diante da grave crise econômica e política por que passa o país, refugiando-se no debate interno do texto constitucional, enquanto um governo de pouca legitimidade impõe mediante decretos-leis, fatos consumados que estreitam o campo do processo constitucional. "A Consti-



Lula: contra inescrupulosos

tuente, livre e soberana, tem o dever de assumir sua liberdade e soberania e interferir diretamente na fixação de políticas para o governo provisório executar", defendeu Lula.

Ele destacou ainda que o PT adverte à maioria conservadora que o emprego do método do "rolo compressor" para impedir a aprovação de uma Constituinte mais justa e democrática dará como único resultado um regime institucional tão ilegítimo e por isso mesmo tão instável e débil quanto o anterior.

Vencimentos de políticos chegam até a Cz\$70 mil

Deputados e senadores deverão receber durante a Constituinte cerca de 22 mil cruzados mensais entre salários e jetons. Se forem somadas ainda as vantagens, os vencimentos alcançam até 70 mil cruzados, dependendo do estado de origem do parlamentar. Esses números poderão ser mudados ainda este ano, caso os constituintes resolvam unificar as diversas vantagens com os salários.

Um deputado de Roraima, por exemplo, recebe além dos 22 mil cruzados do salário, uma quota de 24 mil cruzados em créditos para passagens aéreas na companhia de sua preferência. Este parlamentar tem também direito a um telefone particular em seu gabinete podendo gastar até Cz\$ 8.558,17 em ligações interurbanas. As passagens aéreas e o serviço de telefonia são as duas únicas

vantagens que variam de estado para estado.

Passagens

Enquanto o deputado de Roraima ganha 24 mil cruzados em créditos para passagens aéreas e oito mil para ligações telefônicas interurbanas, seu colega de Goiás, por exemplo, que reside mais próximo de Brasília, tem quotas menores. O goiano recebe sete mil para o pagamento da conta de telefone e oito mil cruzados para passagens aéreas à Goiânia.

Os constituintes têm direito, ainda, a enviar para os estados 800 cartas e 200 telegramas, desde que esse volume não ultrapasse a quantia de Cz\$ 4.800,00. Duas vezes por ano, os parlamentares recebem uma ajuda de custo que é paga no início da sessão legislativa e no final dela. A verba de Cz\$ 6.985,20 e será paga no contracheque deste mês.